

Economia

e-mail: economia@b.com.br

Trabalhador gasta como em 1930

■ Estudo revela que assalariados brasileiros mais pobres comprometem 85% do orçamento em despesas básicas, como há 70 anos

FLÁVIA BARBOSA

Os anos 80 e 90 foram as décadas do salário perdido. A histórica má distribuição de renda brasileira faz com que, no fim do milênio, os trabalhadores de baixa renda gastem com despesas essenciais o mesmo que os assalariados gastavam nos anos 30. Nem o Plano Real conseguiu transformar conquistas em vitórias permanentes. As crises asiática e russa, ao desacelerar a atividade econômica e fazer explodir o desemprego, foram suficientes para reduzir à metade o aumento de 56% nos rendimentos dos trabalhadores. A desvalorização cambial agravou o quadro.

"Os pobres continuam ganhando pouco e nenhuma riqueza foi efetivamente distribuída", afirma o economista Marcio Pochmann, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp.

Os paulistas cuja renda familiar não ultrapassa os três salários mínimos (R\$ 390) comprometem com seis despesas — alimentação, habitação, vestuário, transporte, saúde e educação — 85% do orçamento. Parcela apenas 0,5 ponto percentual inferior aos 85,5% de 1934 e praticamente 10 pontos acima à de 1974, em pleno "milagre econômico". No estudo, Pochmann usa pesquisas feitas na cidade de São Paulo em cada época.

Altos e baixos — Da década de 30 até os anos 50, quando o país era essencialmente agrário e a renda média era bem baixa, as seis despesas básicas pesavam mais no orçamento doméstico, chegando ao pico de 92% de comprometimento em 1958. Três anos mais tarde, o percentual caiu para 81,9% e manteve-se a tendência de queda até encerrar nos 75,9% de 1974.

A segunda metade dos anos 70 marca novo aumento do patamar de gastos essenciais, que se acentua na crise do início dos anos 80, tenta recu-



* famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos).
Fonte: Marcio Pochmann, com dados do Censar/1977 e INGE/1987

...E as conquistas

Percentual de acesso a bens de consumo e serviço público*

Ano	Seguidores	Água	TV	Eleticidade	Alum.	Coleta de Res.
1976	40%	71%	53%	83%	—	—
1981	50%	—	—	90%	56%	47%
1985	60%	—	—	96%	75%	64%
1990	78%	86%	81%	96%	82%	72%
1992	70%	86%	82%	99%	84%	76%
1996	83%	93%	92%	98,5%	90%	80%

* famílias entre os 10% mais pobres da população. Fonte: Marcelo Matt, com dados dos Pesquisas de Orçamento Familiar (POF), IGE

subir após a dramática recessão do começo dos 90. A estabilidade do real provoca ligeiro declínio no desembolso — que permanece, no entanto, estacionado em nível elevado.

De acordo com o estudo de Marcio Pochmann, os altos e baixos estão diretamente relacionados ao crescimento econômico e ao poder de compra do salário mínimo. A partir do fim dos anos 50, São Paulo tornou-se um centro industrial em pleno desenvolvimento com o Plano de Metas e o período de crescimento estendeu-se até meados dos anos 70 com o "milagre".

seu poder aquisitivo muito acima do custo dessa cesta de gastos", explica.

Dal para frente, o mínimo vai caindo, mas o nível de emprego cresce bastante. Com isso, outros membros da família, especialmente a mulher, entram no mercado de trabalho, aumentando a renda familiar acima da variação de alimentação, vestuário, transporte, educação, saúde e habitação. É quando se verifica a queda mais acentuada do desembolso para despesas básicas.

Urbanização — Na segunda metade dos anos 70 a situação volta a piorar, explica o economista da Unicamp.

rituação, que dura até 1994, é a renda familiar despenca, por conta do desemprego, da queda do salário médio e das perdas substanciais do salário mínimo. A urbanização, cita Pochmann, empurra o trabalhador de baixa renda para a periferia, deixando-o mais dependente dos transportes. Cresce a demanda por educação, que gera gastos com material, uniforme e transporte, e aumenta o custo dos alugueis.

"Com o crescimento, entre os anos 30 e 1996, não houve distribuição de renda. A alimentação pode estar mais barata do que em 1950, mas a habitação está mais cara", sentencia Marcio Pochmann. O economista argumenta que a renda do trabalho perde espaço contínuo no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Representava 55% das riquezas produzidas há 40 anos e hoje não passa de 36%. "Paga-se menos atualmente", diz.

Em países desenvolvidos, a medida que o crescimento econômico e a justa distribuição de renda se consolidaram foram repassados aos mais pobres os benefícios. As famílias de baixa renda da Itália e da França comprometiam nos anos 30 entre 70% e 80% de sua renda. "Hoje, está entre 50% e 60%", afirma Pochmann.

Os gastos exclusivos de alimentação dão a mesma dimensão da desigualdade. Em 1950, o percentual de comprometimento da renda com o item era de 74,5% — para 52,8% nos EUA, 64,9% na Alemanha, 62,5% na França e 64% na Itália. Em 1994, era de 54,6% no Brasil, para 35,9% nos EUA, 38,8% na Alemanha, 34,5% na França e 44,3% na Itália.

"Cabe perguntar por que o país cresceu 5% ao ano na década de 70 e não manteve os benefícios para a baixa renda", questiona Marcio Pochmann. Mas, a distribuição de renda tem solução, diz, e passa por um programa de longo prazo para recuperar o salário mínimo, que vale hoje 20%